

A insubordinação seletiva da caserna brasileira

Mesmo depois de uma ditadura, parte dos militares ainda não aprendeu a se portar em uma democracia. Generais falantes de outros tempos estão agora calados no governo Bolsonaro

Lucas Pereira Rezende
10 de novembro de 2020

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Mourão: de general insubordinado aos governos Dilma e Temer a vice-presidente

O preceito fundamental da ordem democrática em qualquer país do mundo, no que se refere às suas Forças Armadas, é que elas sejam subordinadas ao poder civil e que atuem dentro do aparato constitucional. Isto significa dizer que, no sentido mais clássico do termo, os militares não devem atuar sem que a hierarquia de comando, que deve ter nos cargos mais altos um(a) ministro(a) da defesa, preferivelmente civil, e um(a) presidente da república, também civil, seja respeitada. A outra característica fundamental para a ordem democrática, a obediência à constituição, existe para limitar o escopo de atuação das forças armadas, cuja missão principal é, e deve ser, a defesa do Estado contra ameaças externas.

Parte das Forças Armadas brasileiras, no entanto, tem uma dificuldade histórica em compreender a significância desses dois preceitos fundamentais. Para além do golpe militar de 1964, que nos legou 21 anos de ditadura e cerceamento de direitos, torturas, mortes e políticas públicas amplamente questionáveis, um setor de nossos militares não aprendeu ainda como se portar em uma

democracia. Digo um setor porque, naturalmente, há democratas fardados, sem sombra de dúvida. Mas o estardalhaço que as vozes audíveis causam obscurece a atuação legalista dos bons militares que temos.

Mesmo sem termos jamais conseguido total subordinação ao poder civil, as relações civis-militares nos anos da Nova República pareciam caminhar para, em longo prazo, se estabilizarem. Foi o período em que, [em live recente promovida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais](#), em 15 de outubro deste ano, o general da reserva Sérgio Etchegoyen chamou de tempo em que os militares teriam sido “respeitosamente ignorados” pelos políticos – o que, curiosamente, provocou risadas de alguns dos painelistas, incluindo o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann. Segundo o general da reserva, teriam se passado 41 anos (sic) “nos quais os militares brasileiros têm estado absolutamente fora da arena política”, anos nos quais “os militares não foram, em nenhum momento, uma ameaça à democracia ou um fator de instabilidade”.

Para além do pequeno equívoco matemático, uma vez que o fim do governo militar aconteceu apenas em 1985, e não em 1979, nosso prestigiado general da reserva esqueceu-se de uma série de insubordinações de militares da ativa, além de outras tantas manifestações antidemocráticas de militares da ativa e da reserva e de associações de reservistas nos últimos anos, em que podemos verificar não apenas instabilidades, mas interferências na ordem política doméstica, indo muito além do seu papel constitucional.

Para auxiliar a memória, lembro aqui alguns momentos dos mais marcantes em que as vozes da caserna fizeram tremer os pilares da democracia brasileira recentemente. Tivemos os comandantes das Forças com cara de poucos amigos e sem aplaudir a cerimônia de sanção da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (tema que, em larga medida, precipitou o incômodo de parte da caserna), em 2012; o então general da ativa Hamilton Mourão sendo demitido de cargos por insubordinação a dois presidentes (Dilma Rousseff em 2015 e Michel Temer em 2017); os tuites do então comandante do Exército, general da ativa Eduardo Villas Bôas, em 2018, constringendo o Supremo Tribunal Federal às vésperas do julgamento que definiria o futuro político do ex-presidente Lula da Silva (então primeiro colocado nas pesquisas eleitorais para o pleito presidencial daquele ano); a carta aberta (e seus respectivos apoios de militares da reserva, da ativa e de clubes militares) do general da reserva e ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, também constringendo o STF e ameaçando “consequências imprevisíveis” se a corte cumprisse sua prerrogativa constitucional de fiscalizar o Presidente da República solicitando seu celular; e a defesa aberta do general, agora na reserva, Luiz Eduardo Rocha Paiva, de uma suposta legitimidade de uma intervenção das Forças Armadas na política – [em live promovida pela embaixada da Alemanha](#), em 15 de setembro deste ano, Rocha Paiva afirmou que haveria legitimidade em um novo golpe, ainda que ilegal.

Mais recentemente, tornou-se público que, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, os já referidos generais, então na ativa, [Villas Bôas e Etchegoyen, mantiveram conversas com o então vice-presidente Michel Temer](#). Os generais, segundo o livro do ex-presidente, queriam saber com quais cenários os militares poderiam trabalhar, já que, nas palavras de Etchegoyen [em entrevista ao UOL](#), os governos do PT “isolaram os militares, desrespeitaram-nos, encenaram uma Comissão da Verdade claramente vingativa, afrontaram a lei para usurpar competências claras dos comandantes”. Palavras bastante ácidas para quem, em particular, acha injusta a crítica de “golpistas” a setores das Forças Armadas.

No entanto, é particularmente curiosa essa defesa quando vemos o silêncio que nossos generais falantes têm no governo de Jair Bolsonaro. A insubordinação seletiva desses militares que não mudaram seu jeito de pensar sob a democracia é conivente com o negacionismo científico, o revisionismo histórico, o aparelhamento de mais de seis mil militares no governo, o elogio a torturadores, as tentativas de censura e de evocação constante da Lei de Segurança Nacional contra críticos do presidente, o desrespeito à Constituição. Para tudo isto, um silêncio ensurdecedor. Já a instalação de uma comissão para apurar os desrespeitos aos direitos humanos, crimes contra a humanidade e imprescritíveis, é motivo suficiente para insubordinações e ameaças aos demais poderes no país.

É inegável que precisamos de militares que respeitem a Constituição; que não cogitem, incentive ou interfiram na dinâmica da política doméstica, que respeitem a subordinação ao poder civil e que entendam seu papel em uma sociedade democrática. E sim, repito, há muitos deles nas Forças Armadas brasileiras. Mas mesmo a literatura das relações civis-militares contemporânea aponta na direção de relativização da hierarquia de comando quando as ordens são absurdas – como enviar um cabo e um soldado para fechar a Suprema Corte ou a militarização do Ministério da Saúde. O que não é aceitável é que sigam atuando enquanto moderadores da política nacional a seu bel prazer, um papel histórico que deveria ser motivo de vergonha, e não de orgulho, por parte da caserna brasileira.

Lucas Pereira Rezende

Doutor em Ciência Política, professor da Universidade Federal de Santa Catarina

